



PROJETO DE LEI Nº 4.614, DE 2024

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, e a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, estabelece disposições para políticas públicas, e dá outras providências.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº (Do Sr. Ricardo Ayres)

Suprima-se do PRL 1 do Projeto de Lei nº 4.614, de 2024, a alteração promovida no §2º-A, do art. 20, que consta no art. 6º, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende suprimir do parecer do Deputado Isnaldo Bulhões Jr. ao Projeto de Lei nº 4.614 de 2024, o §2º-A, do art. 20, que consta no art. 6º, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

O substitutivo apresentado pelo relator, assim como o projeto original, altera a definição constitucional de “pessoa com deficiência” estabelecida na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, já incorporada à nossa Constituição como Emenda. De acordo com a CF, considera-se pessoa com deficiência aquela que, devido a impedimentos de longo prazo, enfrenta barreiras que obstruem sua participação plena e efetiva na sociedade.

O PL redefine a condição de deficiência de modo restritivo e excludente, aceitando como pessoa com deficiência apenas as que comprovar,

Câmara dos Deputados | Anexo III – Gabinete 119 | CEP: 70160-900 – Brasília/DF
Tel (61) 3215-2119 | dep.ricardoayres@camara.leg.br





por ateste, uma deficiência de grau moderado ou grave, nos termos do regulamento. É uma abordagem condicionada ao modelo médico, ao CID, e que ainda permite que regulamento posterior crie ainda mais restrições em sua aplicação. Evidentemente isso confronta a definição constitucional de deficiência, ignora a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas Com Deficiência, incorrendo em grave inconstitucionalidade para excluir em números incalculáveis os mais vulneráveis brasileiros com deficiência.

Ressalte-se que a proposta parece atacar um alvo bem específico de brasileiros, as crianças autistas de grau 1, buscando retirar dessas crianças seu direito constitucional a uma garantia mínima de dignidade através do Benefício de Prestação Continuada.

O BPC não é apenas um mecanismo de assistência, mas uma ferramenta de promoção da dignidade humana, contribuindo para a inclusão social e econômica de indivíduos que enfrentam barreiras significativas para o exercício pleno de seus direitos. Alterações que enfraquecem o acesso ao benefício representam um retrocesso inaceitável na luta pela equidade social.

Diante disso, peço o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da emenda, garantindo a manutenção da proteção social conferida por meio do Benefício de Prestação Continuada.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado RICARDO AYRES

PRESIDENTE DA FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO BPC





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência **(Do Sr. Ricardo Ayres)**

Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002, e a Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, estabelece disposições para políticas públicas, e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD241146944000, nesta ordem:

- 1 Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO)
- 2 Dep. Laura Carneiro (PSD/RJ) - LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE

